



**PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA
HIDROMINERAL DE ÁGUAS DA PRATA
DO ESTADO DE SÃO PAULO**

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL N° 01/2025

RESPOSTA ESPERADA DAS PROVAS DISCURSIVAS

A PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA HIDROMINERAL DE ÁGUAS DA PRATA/SP, através do INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL NOSSO RUMO, torna público a **Resposta Esperada das Provas Discursivas** – referente aos cargos **304 – Advogado, 306 - Coordenador Pedagógico, 308 - Diretor de Escola, 315 - Professor Auxiliar, 316 - Professor Interlocutor de Libras e 318 - Vice Diretor de Escola** constantes na **Tabela I**, do **Concurso Público - Edital nº 01/2025**, conforme estabelecido a seguir:

304 – ADVOGADO

Questão 1. Ricardo é jornalista e por meio da Lei Federal nº 12.527/2011 solicitou ao Ministério da Defesa acesso ao Plano de Modernização das Forças Armadas no intuito de elaborar reportagem investigativa e informativa acerca do andamento das atividades até então desempenhadas. Em resposta ao pedido, o Ministério da Defesa negou o pleito sob a alegação de que as informações solicitadas são classificadas como ultrassecretas desde o ano de 2010 e, portanto, o acesso é restrito até o ano de 2035. Ricardo foi cientificado sobre (i) a possibilidade de interpor recurso administrativo em face da decisão que negou seu pedido, (ii) o prazo para tanto e (iii) o órgão julgador competente. Considerando os fatos ora narrados, sem alterar ou acrescentar qualquer fato, responda corretamente as seguintes indagações:

Qual o prazo para interposição do recurso administrativo?

Qual o órgão competente para julgamento do pleito recursal?

Resposta Esperada:

Qual o prazo para interposição do recurso administrativo?

Segundo a Lei Federal nº 12.527/2011, artigo 15, no caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 (dez) dias a contar da sua ciência.

Qual o órgão competente para julgamento do pleito recursal?

Segundo a Lei Federal nº 12.527/2011, artigo 16, negado o acesso a informação pelos órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal, o requerente poderá recorrer à Controladoria-Geral da União, que deliberará no prazo de 5 (cinco) dias se:

I – o acesso à informação não classificada como sigilosa for negado;

II – a decisão de negativa de acesso à informação total ou parcialmente classificada como sigilosa não indicar a autoridade classificadora ou a hierarquicamente superior a quem possa ser dirigido pedido de acesso ou desclassificação;

III – os procedimentos de classificação de informação sigilosa estabelecidos nesta Lei não tiverem sido observados; e

IV – estiverem sendo descumpridos prazos ou outros procedimentos previstos nesta Lei.

Questão 2. O Ministério Pùblico Estadual acusa a Prefeita da Cidade “A”, Catarina, de receber dolosamente vantagem econômica da empresa de engenharia “B” para liberação de pagamento de saldo de contrato administrativo firmado para reparos no sistema viário do Município “A”. Em razão dos fatos, o Fiscal da Lei ajuizou Ação de Improbidade Administrativa com base na Lei Federal nº 8.429/1992, com pedido de resarcimento ao Erário na ordem de cem mil reais. Consta da petição inicial pedido de indisponibilidade de bens Catarina. O Juízo competente recebeu a ação e concedeu o pedido de indisponibilidade de bens. Catarina teve a quantia de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) bloqueada na sua caderneta de poupança. Na qualidade de

advogado de Catarina, considerando os fatos ora narrados, sem alterar ou acrescentar qualquer fato, responda corretamente as seguintes indagações:

Qual o recurso cabível em face da decisão que decretou a indisponibilidade de bens?

Qual a melhor tese recursal para indicar a ilegalidade do bloqueio efetivado?

Resposta Esperada:

Qual o recurso cabível em face da decisão que decretou a indisponibilidade de bens?

Segundo o artigo 16, § 9º, da Lei Federal nº 8.429/1992, da decisão que deferir ou indeferir a medida relativa à indisponibilidade de bens caberá agravo de instrumento, nos termos da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

Qual a melhor tese recursal para indicar a ilegalidade do bloqueio efetivado?

O valor bloqueado é inferior a quarenta salários-mínimos. Portanto, nos termos do artigo 16, §13, da Lei Federal nº 8.429/1992, é vedada a decretação de indisponibilidade da quantia de até 40 (quarenta) salários mínimos depositados em caderneta de poupança, em outras aplicações financeiras ou em conta corrente.

306 - COORDENADOR PEDAGÓGICO

Questão 1. Em uma escola municipal dos anos iniciais, os professores têm desenvolvido suas aulas de forma isolada, sem articulação entre as disciplinas. O resultado é que os alunos demonstram dificuldades em compreender a relação entre os diferentes conteúdos e em aplicar os conhecimentos na vida cotidiana. Diante dessa situação, o Coordenador Pedagógico percebe a necessidade de repensar o currículo escolar. Considerando-se o papel do Coordenador Pedagógico, e, com base no caso apresentado, elabore uma resposta em que sejam analisados os seguintes aspectos:

- **A importância da construção de um currículo interdisciplinar que favoreça a aprendizagem integrada;**
- **Estratégias que o coordenador pode adotar para apoiar os docentes na implementação de práticas pedagógicas que promovam a articulação entre diferentes áreas do conhecimento;**
- **Como o currículo pode contribuir para o desenvolvimento da autonomia, da disciplina ética e da leitura crítica de mundo dos alunos.**

Resposta Esperada: O candidato deve demonstrar compreensão da necessidade de um currículo que não se restrinja a disciplinas isoladas, mas que integre saberes diversos, permitindo que os alunos desenvolvam competências cognitivas, sociais e éticas. Espera-se que destaque a atuação do Coordenador Pedagógico como mediador, oferecendo suporte técnico, orientação para elaboração de atividades interdisciplinares, criação de projetos integrados e acompanhamento das práticas docentes. Deve ser mencionado que a articulação curricular fortalece a autonomia dos estudantes, promove a disciplina ética e possibilita uma visão crítica do mundo, preparando-os para atuar de forma responsável e consciente na sociedade.

Questão 2. Em uma escola estadual, a direção tem enfrentado dificuldades para envolver professores, alunos e famílias nas decisões da vida escolar. As reuniões do conselho são esvaziadas, e muitos docentes relatam não se sentirem parte do processo de construção de propostas pedagógicas. Esse cenário tem comprometido a qualidade e a equidade no atendimento educacional. Considerando-se a legislação educacional e as políticas públicas voltadas para a Educação Básica, e, com base no caso apresentado, elabore uma resposta em que sejam analisados os seguintes aspectos:

- **Como a gestão democrática contribui para a construção de um ambiente escolar inclusivo e equitativo;**
- **O papel do Coordenador Pedagógico na mediação de processos de participação e na promoção da formação continuada docente;**
- **A influência de políticas públicas e diretrizes legais na implementação de práticas inclusivas e na garantia de financiamento adequado à educação.**

Resposta Esperada: O candidato deve evidenciar a compreensão da gestão democrática como ferramenta para inclusão e equidade, destacando a necessidade de envolver todos os segmentos da comunidade escolar

em processos decisórios. Espera-se que discuta o papel do Coordenador Pedagógico como mediador, articulando o trabalho coletivo dos professores, incentivando a formação continuada e implementando estratégias pedagógicas inclusivas. Além disso, deve relacionar a ação da escola com políticas públicas e legislação vigente, como a LDB e a Constituição Federal, demonstrando que decisões pedagógicas e de gestão dependem de financiamento adequado e respeito às normas legais. O texto deve evidenciar a relação entre participação, inclusão e qualidade do ensino.

308 - DIRETOR DE ESCOLA

Questão 1. Uma escola de médio porte elaborou seu Projeto Político-Pedagógico (PPP) há cinco anos, mas desde então o documento não foi revisitado. Professores e funcionários relatam que não conhecem seu conteúdo, e a comunidade escolar não é chamada a participar das discussões. Como consequência, muitas ações pedagógicas acontecem de forma fragmentada e sem alinhamento aos objetivos institucionais. Considerando o caso apresentado, elabore uma resposta em que sejam analisados os seguintes aspectos:

- A importância da participação coletiva na elaboração e execução do PPP;
- Os desafios enfrentados na efetiva democratização da gestão escolar;
- As estratégias que o diretor escolar pode adotar para fortalecer a autonomia da escola e consolidar práticas democráticas no cotidiano pedagógico.

Resposta Esperada: O candidato deverá demonstrar compreensão de que o PPP é uma construção coletiva e não apenas um documento formal. Espera-se que destaque a importância da participação dos diferentes atores escolares como forma de garantir legitimidade e eficácia do projeto. Deve apontar desafios como a baixa participação da comunidade, a resistência de alguns profissionais à mudança e a burocratização do processo. Estratégias esperadas incluem: fortalecimento dos conselhos escolares, promoção de assembleias e reuniões pedagógicas participativas, estímulo à formação continuada para docentes, criação de canais de diálogo com a comunidade e uso do PPP como guia para decisões pedagógicas, administrativas e financeiras.

Questão 2. Na avaliação bimestral de uma escola de Ensino Fundamental, os alunos têm sido classificados apenas por meio de provas escritas padronizadas. Muitos estudantes apresentam baixo desempenho e desmotivação, relatando que não conseguem demonstrar suas aprendizagens de outras formas. Os professores, por sua vez, sentem dificuldade em repensar práticas avaliativas que superem a mera verificação de conteúdos.

Com base no caso apresentado, elabore uma resposta em que sejam analisados os seguintes aspectos:

- De que forma a avaliação pode ser utilizada como instrumento de aprendizagem;
- Os impactos das concepções de avaliação sobre o rendimento escolar;
- As práticas avaliativas que estão alinhadas ao desenvolvimento integral do educando.

Resposta Esperada: O candidato deverá evidenciar que a avaliação deve ser processual, diagnóstica, formativa e somativa, considerando não apenas os resultados finais, mas o percurso de aprendizagem do aluno. Deve explicar que concepções classificatórias e excludentes reforçam desigualdades e comprometem o rendimento escolar. Práticas esperadas: uso de portfólios, autoavaliação, avaliação em pares, feedbacks construtivos, observação contínua, elaboração de relatórios descritivos, e diversificação de instrumentos (provas, trabalhos, projetos, rodas de conversa).

315 - PROFESSOR AUXILIAR

Questão 1. A professora Clara trabalha com uma turma de 1º ano do Ensino Fundamental em uma escola pública. Ao iniciar o ano letivo, ela percebeu que os estudantes apresentam trajetórias de aprendizagem muito diferentes: alguns já conseguem ler e escrever pequenas frases; outros reconhecem apenas algumas letras e sílabas e algumas crianças que não tiveram contato frequente com livros, revistas ou outros materiais escritos em casa.

Durante as primeiras semanas, Clara observou que a maioria dos alunos se interessa por histórias e adora ouvir a leitura de contos feita pela professora. Pensando nisso, ela decidiu iniciar um projeto chamado “Cantinho das Histórias e das Escritas”, no qual os estudantes

participam de rodas de leitura, produzem coletivamente pequenos textos e têm a oportunidade de escrever bilhetes, convites e legendas para ilustrações.

Com base no estudo de caso apresentado, explique a importância da integração entre alfabetização e letramento no processo de ensino e aprendizagem, destacando de que forma a prática pedagógica da professora Clara contribui para o desenvolvimento integral dos estudantes.

Resposta Esperada: A alfabetização e o letramento são processos distintos, porém complementares no desenvolvimento das crianças. Enquanto a alfabetização refere-se à aprendizagem do sistema de escrita alfabetica, ou seja, ao domínio da relação entre sons e letras, o letramento envolve o uso social da leitura e da escrita em práticas significativas do cotidiano. Dessa forma, não basta que o estudante aprenda a decodificar palavras; é necessário também que compreenda a função da escrita como meio de comunicação, expressão e participação social.

No estudo de caso apresentado, a professora Clara articula esses dois processos por meio do projeto "Cantinho das Histórias e das Escritas". Ao propor atividades que combinam a leitura de contos, a produção coletiva de textos e a escrita de bilhetes e convites, ela possibilita que os alunos avancem na compreensão do funcionamento do sistema de escrita e, ao mesmo tempo, percebam a relevância da leitura e da escrita em situações reais de comunicação.

Essa prática contribui para o desenvolvimento integral dos estudantes, pois garante o avanço cognitivo na aprendizagem da língua escrita e promove competências sociais, comunicativas e culturais. Assim, a integração entre alfabetização e letramento constitui um caminho fundamental para formar leitores e escritores autônomos, críticos e capazes de interagir plenamente na sociedade.

Questão 2. O professor Carlos leciona no 5º ano do Ensino Fundamental e tem em sua turma alunos com diferentes necessidades educacionais especiais. Entre eles está Rafaela, que tem deficiência auditiva e utiliza Libras como principal meio de comunicação, e João, estudante com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), que apresenta dificuldades para manter a concentração em atividades longas.

Carlos percebe que, se adotar apenas estratégias tradicionais, alguns alunos ficarão excluídos do processo de aprendizagem. Por isso, ele decide repensar sua prática pedagógica.

Com base no estudo de caso apresentado, explique o papel do professor na promoção da inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais, destacando: a importância da adaptação curricular; o uso de estratégias pedagógicas diferenciadas e a relevância da parceria com a equipe escolar e as famílias.

Resposta Esperada: O professor desempenha papel fundamental na promoção da inclusão escolar, pois é ele quem cria condições pedagógicas que asseguram a participação de todos os estudantes no processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, a adaptação curricular torna-se essencial para garantir que os conteúdos sejam acessíveis, respeitando as singularidades dos alunos sem reduzir a qualidade da aprendizagem.

Além disso, o uso de estratégias pedagógicas diferenciadas possibilita que cada estudante aprenda conforme suas necessidades. No caso apresentado, recursos visuais, jogos pedagógicos, pausas planejadas e o uso de Libras são exemplos de práticas que favorecem a aprendizagem tanto de Rafaela quanto de João, sem excluir os demais colegas.

Outro aspecto indispensável é a parceria com a equipe escolar e as famílias, que fortalece o acompanhamento dos alunos e garante uma rede de apoio compartilhada. Essa articulação amplia as possibilidades de intervenção e assegura maior coerência entre as práticas escolares e o contexto familiar.

Como ação pedagógica adicional, Carlos poderia implementar o trabalho com projetos colaborativos, nos quais os estudantes produzem coletivamente materiais multimodais (cartazes, vídeos legendados, apresentações orais), promovendo a cooperação, o respeito às diferenças e a valorização das potencialidades de cada aluno.

Dessa forma, a prática inclusiva do professor não se limita a atender necessidades específicas, mas contribui para a construção de uma escola democrática, equitativa e comprometida com a cidadania de todos.

Questão 1. Na escola municipal em que atua, a professora Luciana recebe dois novos estudantes surdos no 7º ano:

Marcos, que teve contato com Libras desde pequeno, frequentou uma escola bilíngue e se identifica fortemente com a comunidade surda. Ele valoriza a língua de sinais e busca interagir preferencialmente por meio dela.

Camila, por outro lado, foi oralizada desde cedo e teve pouco contato com Libras. A comunicação dela ocorre principalmente por meio da leitura labial e da fala. Ainda está em processo inicial de aprendizado da língua de sinais e, em alguns momentos, sente-se deslocada tanto no grupo de ouvintes quanto no grupo de surdos.

A professora percebe que Marcos e Camila, embora ambos os surdos, apresentam experiências, formas de comunicação e identidades distintas. Ela entende que precisa reconhecer essas diferenças para promover práticas pedagógicas inclusivas que respeitem as singularidades de cada um.

Com base no estudo de caso apresentado, explique o que se entende por Identidades Surdas Flutuantes, destacando de que forma a experiência de Camila exemplifica esse conceito. Em sua resposta, discuta também a importância de o professor reconhecer a diversidade das identidades surdas e propor estratégias pedagógicas que favoreçam a inclusão de todos.

Resposta Esperada: As identidades surdas flutuantes dizem respeito a sujeitos que transitam entre diferentes formas de se reconhecer como surdos, sem uma identificação fixa ou homogênea. Isso acontece porque as experiências de vida, o contato ou não com a Libras, a socialização escolar e familiar e as escolhas individuais influenciam diretamente na constituição da identidade.

No estudo de caso apresentado, a experiência de Camila exemplifica esse conceito, pois, embora seja surda, não teve contato significativo com a Libras em sua trajetória e foi oralizada desde cedo. Assim, ela não se identifica plenamente com a comunidade surda nem com a ouvinte, vivenciando uma identidade em movimento, que pode se transformar à medida que novas experiências sociais e linguísticas ocorrem.

Reconhecer as identidades surdas flutuantes é fundamental para o professor, pois evita a visão estereotipada de que todos os surdos formam um grupo homogêneo. Ao valorizar essa diversidade, o docente pode adotar estratégias pedagógicas inclusivas, como o uso simultâneo de recursos visuais, a mediação em Libras e em língua portuguesa, e a promoção de interações entre os diferentes grupos. Dessa forma, contribui para a construção de um ambiente escolar que respeita a pluralidade cultural e linguística da comunidade surda.

Questão 2. Na Escola Municipal Bilíngue, a professora Eliane trabalha com uma turma do 6º ano formada por alunos surdos e ouvintes. Para os estudantes surdos, Libras é a primeira língua de instrução, enquanto a língua portuguesa é ensinada de forma sistemática como segunda língua.

Durante uma atividade de produção textual, Eliane percebeu que alguns alunos surdos conseguiam se expressar bem em Libras, mas apresentavam grandes dificuldades na escrita do português. Além disso, alguns estudantes ouvintes não compreendiam bem a Libras e tinham dificuldades em interagir com os colegas surdos.

A professora decidiu, então, elaborar um projeto interdisciplinar que contemplasse: a metodologia bilíngue e a pedagogia surda.

Com base no estudo de caso, explique como a metodologia bilíngue e a pedagogia surda podem ser integradas para favorecer a aprendizagem e a inclusão dos alunos surdos em escolas bilíngues, destacando a importância de valorizar tanto a língua quanto a cultura surda.

Resposta Esperada: A integração da metodologia bilíngue e da pedagogia surda em escolas bilíngues é fundamental para promover a aprendizagem e a inclusão de estudantes surdos. A metodologia bilíngue garante que Libras seja utilizada como primeira língua de instrução, permitindo aos alunos acesso pleno ao conteúdo, enquanto a língua portuguesa escrita é aprendida como segunda língua, de forma sistemática e contextualizada.

Por sua vez, a pedagogia surda valoriza a cultura, a identidade e as experiências visuais da comunidade surda, promovendo práticas pedagógicas que partem do protagonismo dos alunos surdos e de suas formas

de perceber e interagir com o mundo. Essa abordagem evita a homogeneização e favorece a construção de uma identidade positiva.

No estudo de caso apresentado, a professora Eliane integra essas abordagens ao usar Libras nas explicações, desenvolver atividades de escrita em português e incluir relatos da comunidade surda. Essa prática fortalece tanto o domínio linguístico quanto o senso de pertencimento e inclusão, garantindo que os alunos surdos aprendam com autonomia e sejam valorizados culturalmente dentro do ambiente escolar.

318 - VICE DIRETOR DE ESCOLA

Questão 1. Em uma escola da rede estadual, o novo vice-diretor percebeu que existem conflitos constantes entre professores e famílias em relação às prioridades pedagógicas da instituição. Além disso, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) não é utilizado como referência para orientar ações, sendo tratado apenas como documento burocrático.

Considerando que o PPP deve ser compreendido como um instrumento dinâmico, construído coletivamente e voltado à função social da escola, e, com base no caso apresentado, elabore uma resposta em que sejam analisados os seguintes aspectos:

- **A importância da gestão democrática e participativa no processo de elaboração e execução do PPP;**
- **O papel do vice-diretor na mediação de interesses e conflitos;**
- **Estratégias que podem ser adotadas para mobilizar a comunidade escolar e assegurar a efetividade desse documento.**

Resposta Esperada: O candidato deverá abordar que o PPP é um documento norteador da escola, articulado à função social de formação cidadã, e sua construção deve ser democrática e participativa (LDB, art. 14). Espera-se que destaque o papel do vice-diretor como mediador, facilitador de diálogo e articulador entre professores, alunos, famílias e funcionários. É fundamental citar estratégias como: realização de assembleias, rodas de conversa, uso de tecnologias de comunicação, comissões temáticas, acompanhamento periódico e revisões do documento. O texto deve ressaltar que a participação coletiva fortalece a identidade escolar, promove corresponsabilidade e aumenta a legitimidade das decisões.

Questão 2. Uma escola tem recebido um número crescente de alunos com deficiência, além de estudantes de diferentes origens culturais e sociais. Entretanto, professores relatam dificuldades em adaptar suas práticas, e parte da comunidade escolar ainda apresenta resistência à inclusão, alegando que os alunos com necessidades específicas "atrasam o andamento da turma". O vice-diretor precisa agir para transformar esse cenário. Considerando esse caso, elabore uma resposta em que sejam analisados os seguintes aspectos:

- **O papel da escola e de seus gestores na promoção da inclusão e no respeito à diversidade;**
- **Os desafios que ainda se impõem à construção de uma cultura inclusiva;**
- **Possíveis estratégias de liderança e gestão que o vice-diretor pode adotar para consolidar práticas pedagógicas inclusivas e democráticas.**

Resposta Esperada: O candidato deverá reconhecer que a escola, como instituição social, tem a função de garantir o direito à educação de todos, independentemente de diferenças individuais (ECA; Constituição Federal, art. 205; Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – 2008). Deve analisar desafios como: preconceito, falta de formação docente, barreiras arquitetônicas, curriculares e atitudinais. Quanto ao papel do vice-diretor, espera-se que o texto destaque liderança pedagógica e ética, fomento à formação continuada dos professores, estímulo a metodologias diversificadas e flexíveis, parcerias com serviços de apoio, diálogo com famílias e fortalecimento de uma cultura organizacional inclusiva.

E, para que ninguém possa alegar desconhecimento, é expedida a Resposta Esperada das Provas Discursivas.

Águas da Prata/SP, 31 de outubro de 2025.

CARLOS HENRIQUE FORTES DEZENA

Prefeito Municipal